



Contas das empresas públicas

BRUXELAS IMPÕE NOVAS REGRAS NOS TRANSPORTES

Estado vai contratualizar indemnizações para respeitar direito comunitário. E deverá ter de pagar mais do que agora

✎ CARLA AGUIAR

Por pressão da Comissão Europeia, o Governo vai alterar o modo de financiamento às transportadoras públicas CP, Refer e Metro de Lisboa. "O objectivo é acabar com anos de repetidas violações ao direito comunitário, que equipara a forma como têm sido pagas as indemnizações compensatórias a ajudas de Estado, que são ilegais à luz daquela legislação", explicou ao DN José Moreira da Silva, jurista da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados. "Esta alteração só peca por ser tardia e transitória", acrescentou. No limite, as coimas fixadas pelas autoridades comunitárias poderiam passar pela devolução das verbas pagas e a retirada dos fundos europeus para o sector.

Ontem, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que mandata os ministros das Finanças e dos Transportes a aprovarem, em nome do Estado, "os contratos que estabelecem o regime transitório de financiamento da prestação do serviço público" prestado por aquelas transportadoras. E ainda a encontrarem receitas alternativas.

Em causa está uma base jurídica às indemnizações compensató-

rias que são dadas às transportadoras, sem uma contratualização efectiva dos serviços prestados e respectivos custos. Segundo as regras comunitárias as indemnizações devem cobrir os custos dos serviços exigidos pelo Estado – como

preços de desconto – e pagar uma percentagem razoável de lucro. Isso pode implicar que o Estado tenha de pagar mais do que actualmente, admite aquele advogado.

Desde que a liberalização do sector ferroviário na Europa ganhou velocidade – com grandes aquisições como a líder alemã Deutsche Bahn a comprar a inglesa Arriva – as pressões sobre Portugal para que acabe com o que é considerado ajudas de Estado não têm parado de aumentar. E a Deutsche Bahn já está presente em Portugal, através da Fertagus, por enquanto ainda só no sector rodoviário. Mas com outras expectativas.

A aprovação desta resolução surge após Bruxelas ter levantado dúvidas sobre a transparência das contas nacionais de 2010, que não incluíram as transferências para as transportadoras públicas. E um dia depois de o ministro das Finanças ter admitido que "está em apreciação a eventual inclusão *a posteriori* de algumas empresas de transporte" nas contas do Estado. Tal alteração implicará uma revisão em alta do défice, que o Governo estimou em menos de 7% do PIB, mas que poderá, afinal, ficar bem acima dos 8%.

PASSIVO

Dívidas somam 10 mil milhões

» A Carris poderá ser uma das próximas transportadoras a serem abrangidas por contratos de financiamento de prestação de serviço público. As pressões de Bruxelas nesse sentido são menores, porque o sector está menos liberalizado e o transporte rodoviário é menos apetecível. O défice orçamental oculto nas sete transportadoras públicas correspondia já a 3% do PIB em 2009 enquanto a sua dívida à banca soma cerca de 10 mil milhões de euros. O Tribunal de Contas tem vindo a alertar para a insustentabilidade da situação.



LEONARDO NEGRÃO ARQUIVO DN

O modo como o Estado tem financiado as transportadoras públicas viola a legislação europeia